

RADAR TRABALHISTA



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 164 – 14/09 à 18/09/2020

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Lista suja do trabalho escravo é constitucional](#)

Supremo Tribunal Federal - 16/09/2020

O Supremo Tribunal Federal julgou constitucional a criação do Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo, a chamada “lista suja do trabalho escravo”. A decisão, por maioria de votos, foi proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 509, ajuizada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), na sessão virtual encerrada em 14/9.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Conheça os destaques das 27 sessões de julgamento do Plenário do STF convocadas até dezembro](#)

Supremo Tribunal Federal - 18/09/2020

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizará, até 18 de dezembro, 27 sessões de julgamento. Entre os temas de destaque pautados pelo presidente da Corte, ministro Luiz Fux, estão a imunidade de jurisdição de Estados estrangeiros por atos de guerra praticados no Brasil, o direito ao esquecimento, a reforma do ensino médio e a validade de normas coletivas de trabalho.

[Associação defende utilização da folha salarial como base de cálculo para contribuições ao Sebrae](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/09/2020

A Associação Brasileira dos Sebrae Estaduais (Abase) vem ao Supremo Tribunal Federal (STF) requerer a declaração de constitucionalidade de dispositivos legais que instituíram o adicional às alíquotas das contribuições destinadas ao Sistema S, como forma de custeio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O relator da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 72, ministro Ricardo Lewandowski, solicitou informações ao Congresso Nacional e ao presidente da República.

[Motorista que só acompanhava abastecimento de caminhão não receberá adicional](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/09/2020

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de revista de um ex-motorista da Harsco Metals Ltda., do Rio de Janeiro (RJ), que cobrava da empresa o pagamento do adicional de periculosidade pelo contato com inflamáveis ao abastecer o veículo. Ele apenas ingressava na área de risco para acompanhar o abastecimento, e, nesse caso, não há previsão para o deferimento do adicional.

[Usina consegue reduzir valor de indenização a ser paga a trabalhadora da lavoura](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/09/2020

De acordo com o laudo pericial, a trabalhadora apresentava artrose na coluna lombar, lesão em tendão no ombro direito e tendinite no joelho direito, mas os primeiros sintomas na lombar haviam surgido dois anos antes do início das atividades na Biosev. Ainda, de acordo com a perícia, ela exercia atividades braçais na lavoura desde os 10 anos de idade, com sobrecarga na coluna vertebral, e apresentava sobrepeso, fatores que aceleram e agravam o processo degenerativo natural.

[TST invalida acordo firmado por sindicato sem anuência do espólio do empregado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/09/2020

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho desconstituiu a sentença em que foi homologado acordo entre a Bunge Alimentos S.A., do Rio Grande do Sul, e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Porto Alegre em relação à viúva de um dos empregados do setor de mecânica. Não ficou demonstrado, no caso, que o sindicato estivesse autorizado pelo espólio do empregado a transacionar o pagamento das parcelas devidas.

[Montador que usava moto em atividades externas receberá adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/09/2020

O pedido de adicional foi deferido com respaldo na Lei 12.997/2014 pelo período posterior à sua publicação, com o entendimento de que, em razão do trabalho em motocicleta, o risco é presumido. Ao manter a sentença, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) assinalou que a empresa permitia o uso de moto no trabalho, tinha conhecimento de sua utilização e pagava ajuda de deslocamento.



Notícias do Executivo

[Governo prepara medida provisória para melhorar o ambiente de negócios no Brasil](#)

Ministério da Economia - 18/09/2020

O governo federal está preparando uma medida provisória para melhorar o ambiente de negócios no país, com um potencial de fazer o Brasil aumentar 50 posições no ranking Doing Business, do Banco Mundial. A declaração foi dada pelo secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Da Costa, nesta quinta-feira (17/9), durante o seminário on-line “Indústria em debate – propostas para a retomada da economia”, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o jornal digital Poder 360.

[Inspeção do Trabalho prepara Semana de Inclusão 2020 em Santa Catarina](#)

Ministério da Economia - 17/09/2020

Evento criado para inserir pessoas com deficiência e reabilitadas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no mercado de trabalho, a quinta edição da Semana Inclusiva em Santa Catarina será realizada nos dias 22, 24 e 26 de setembro de forma totalmente on-line, via [Facebook](#) e [YouTube](#).

[Tempo para abertura de empresas é reduzido quase à metade no país](#)

Ministério da Economia - 17/09/2020

O tempo médio para abertura de uma empresa caiu quase à metade em 20 meses, devido a medidas de simplificação decorrentes da Lei da Liberdade Econômica e da transformação digital. Hoje o empreendedor gasta 2 dias e 21 horas para abrir um negócio no Brasil. É o que demonstra o Boletim do [Mapa de Empresas - 2º Quadrimestre](#), divulgado nesta quinta-feira (17/9) pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia. Em janeiro de 2019, a média era de 5 dias e 9 horas. O

número de empresas ativas também cresceu de maio a agosto: chegou a 19,28 milhões.

[Secretaria Especial de Previdência e Trabalho determina o retorno imediato da Perícia Médica Federal nas agências inspecionadas](#)

Ministério da Economia - 17/09/2020

Os peritos médicos federais devem retornar, nesta quinta-feira (17), o atendimento presencial nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Após inspeções realizadas nesta semana, foi concluído que das 169 agências que possuem serviço de perícia médica, 111 já estão aptas a atender o público. O agendamento estará disponível em breve pelo portal Meu INSS.

[Requerimento de adesão à transação tributária no contencioso administrativo de pequeno valor pode ser solicitado pelo Portal e-CAC da Receita Federal](#)

Ministério da Economia - 16/09/2020

A Receita Federal informou, nesta quarta-feira (16/9), que já está disponível no Portal e-CAC aplicativo que permite adesão à transação tributária por adesão no contencioso administrativo de pequeno valor, ao qual o contribuinte poderá ter acesso por meio do serviço 'Pagamentos e Parcelamentos'. Com isso, o contribuinte que fizer a adesão poderá obter redução de até 50% do valor dos débitos, que poderão ser pagos em até 60 meses.

[Ministério da Economia divulga lista dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19 no Brasil](#)

Ministério da Economia - 15/09/2020

A Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Produtividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) divulgou, no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (15/9), a lista dos setores econômicos mais afetados pela pandemia do novo coronavírus após ser decretado estado de calamidade pública no Brasil, decorrente da Covid-19. A lista destina-se apenas a orientar as instituições financeiras acerca dos setores mais atingidos.

[Número de acessos à Carteira de Trabalho Digital chega a 200 milhões](#)

Ministério da Economia - 14/09/2020

Os serviços da Carteira de Trabalho Digital já foram acessados mais de 200 milhões de vezes de janeiro de 2019 até agora. Deste total, 192 milhões ocorreram em 2020. Os acessos virtuais foram tanto por meio do aplicativo quanto do portal gov.br/trabalho.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Violações trabalhistas relacionadas às pessoas com deficiência motivam cerca de 17 mil denúncias ao MPT em dez anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 18/09/2020

Nos últimos dez anos, o Ministério Público do Trabalho recebeu 16.880 denúncias de violações trabalhistas relacionadas às pessoas com deficiência. Deste total, 8.526 (ou seja, mais da metade) eram sobre o descumprimento da cota legal. Os dados revelam que ainda há muito a avançar quanto à inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, tema a ser abordado no 8º Webinário Institucional Diversidade em Ação, às 17h desta segunda, para marcar o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, 21 de setembro.

[Nota técnica traz orientações sobre proteção a trabalhadores durante o trabalho remoto](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/09/2020

Em [nota técnica](#) divulgada nesta terça-feira (15), o Ministério Público do Trabalho (MPT) apresenta diretrizes para a garantia da proteção de trabalhadores durante o trabalho remoto. O documento é destinado a empresas, sindicatos e órgãos da Administração Pública e traz medidas como o respeito à jornada contratual durante essa modalidade de trabalho, o direito à desconexão, regras sobre ergonomia para trabalhadores de teleatendimento e telemarketing, dentre outras.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[STF decide pela constitucionalidade da Lista Suja do trabalho escravo, uma vitória no combate à prática no Brasil](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/09/2020

Por maioria, o Supremo Tribunal Federal – STF determinou, nesta segunda-feira, 14 de setembro, a manutenção de um dos principais instrumentos do país no combate ao trabalho análogo à escravidão: a “Lista Suja” do trabalho escravo. Movida pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias – Abrainc, em janeiro de 2018, a ADPF 509 questionava a inconstitucionalidade da [Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016](#), que determina o mecanismo. A entidade alegava que a publicação da lista só poderia ser regulamentada por meio de uma lei específica, e não pelo Executivo.

Outras Notícias

[Após recuperação ter sido deferida, é nela que deve prosseguir execução trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 18/09/2020

Após o deferimento do processamento da recuperação judicial, é do juízo do processo a competência para analisar o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a recuperanda. Com esse entendimento, o STJ deferiu pedido liminar para sobrestar quaisquer determinações constritivas ou expropriatórias determinadas por juízo trabalhista.

[Jornada de trabalho 4x4 é reconhecida pelo TRT-7](#)

Consultor Jurídico - 17/09/2020

A 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7) reconheceu a validade de norma coletiva que estipulou a chamada “jornada 4x4” em uma empresa instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará.

[O impacto da LGPD nas relações de trabalho](#)

Consultor Jurídico - 17/09/2020

A LGPD foi criada para prever e regulamentar questões relacionadas ao tratamento de dados pessoais nos meios digitais, inclusive por pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas. A sua aplicação se dá em todos os setores da economia e do Direito, sendo aplicável sempre que houver algum tipo de coleta de dados de terceiros, como ocorre, por exemplo, nas relações trabalhistas e consumeristas.

[Tempo cronometrado para usar o toalete gera indenização trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 16/09/2020

O reclamante era operador de atendimento e trabalhava respondendo dúvidas e fornecendo informações aos clientes por telefone. Sempre que precisava usar o banheiro, era lançada uma pausa em seu sistema de controle de horário e o seu nome aparecia em um telão. Se o tempo utilizado ultrapassasse 3 minutos, era questionado por sua supervisora por “demorar demais”.

[Compete à União legislar sobre revista íntima em funcionários, decide STF](#)

Consultor Jurídico - 14/09/2020

Compete à União legislar sobre as relações de trabalho de forma que uma lei estadual que proíbe revista íntima em empregados de empresas situados no território deve ser declarada inconstitucional. O entendimento já foi firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar ações que questionavam lei do Rio Grande do Sul que proíbe empresas de fazer revista íntima em funcionários. O julgamento se encerra no Plenário Virtual às 23h59 desta segunda-feira (14/9).

[Dirigente de sindicato sem registro tem direito à estabilidade provisória](#)

Consultor Jurídico - 14/09/2020

O empregado que atua como dirigente sindical tem direito à estabilidade provisória ainda que o sindicato não possua a comprovação do seu registro no ministério competente, de acordo com entendimento adotado pela 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Para o colegiado, o registro é uma mera formalidade não essencial.



Atos Normativos

[LEI Nº 14.057, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 14/09/2020 Seção I Pág. 02) - Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

[PORTARIA ME Nº 20.809, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 15/09/2020 Seção I Pág. 47) - Lista os setores da economia mais impactados pela pandemia após a decretação da calamidade pública decorrente do Covid-19;

[CIRCULAR CAIXA Nº 926, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 15/09/2020 Seção I Pág. 55) - Divulga versão atualizada dos Manuais de Fomento do Agente Operador do FGTS;

[DECRETO Nº 10.488, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 16/09/2020 Seção I Extra Pág. 01) - Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências;

[PORTARIA CONJUNTA MC Nº 7, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 16/09/2020 Seção I Pág. 239) - Regulamenta regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC);

[PORTARIA INSS Nº 932, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 17/09/2020 Seção I Pág. 43) - Dispõe sobre as orientações quanto aos pagamentos das antecipações para os requerentes do benefício de prestação continuada e do benefício de auxílio-doença, estabelecidas pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020;

[LEI Nº 14.058, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 18/09/2020 Seção I Pág. 01) - Esta-

belece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020;

[MENSAGEM PR Nº 530, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 18/09/2020 Seção I Pág. 03) - Restitui ao Congresso Nacional autógrafos do Projeto de Lei de Conversão que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.058, de 17 de setembro de 2020;

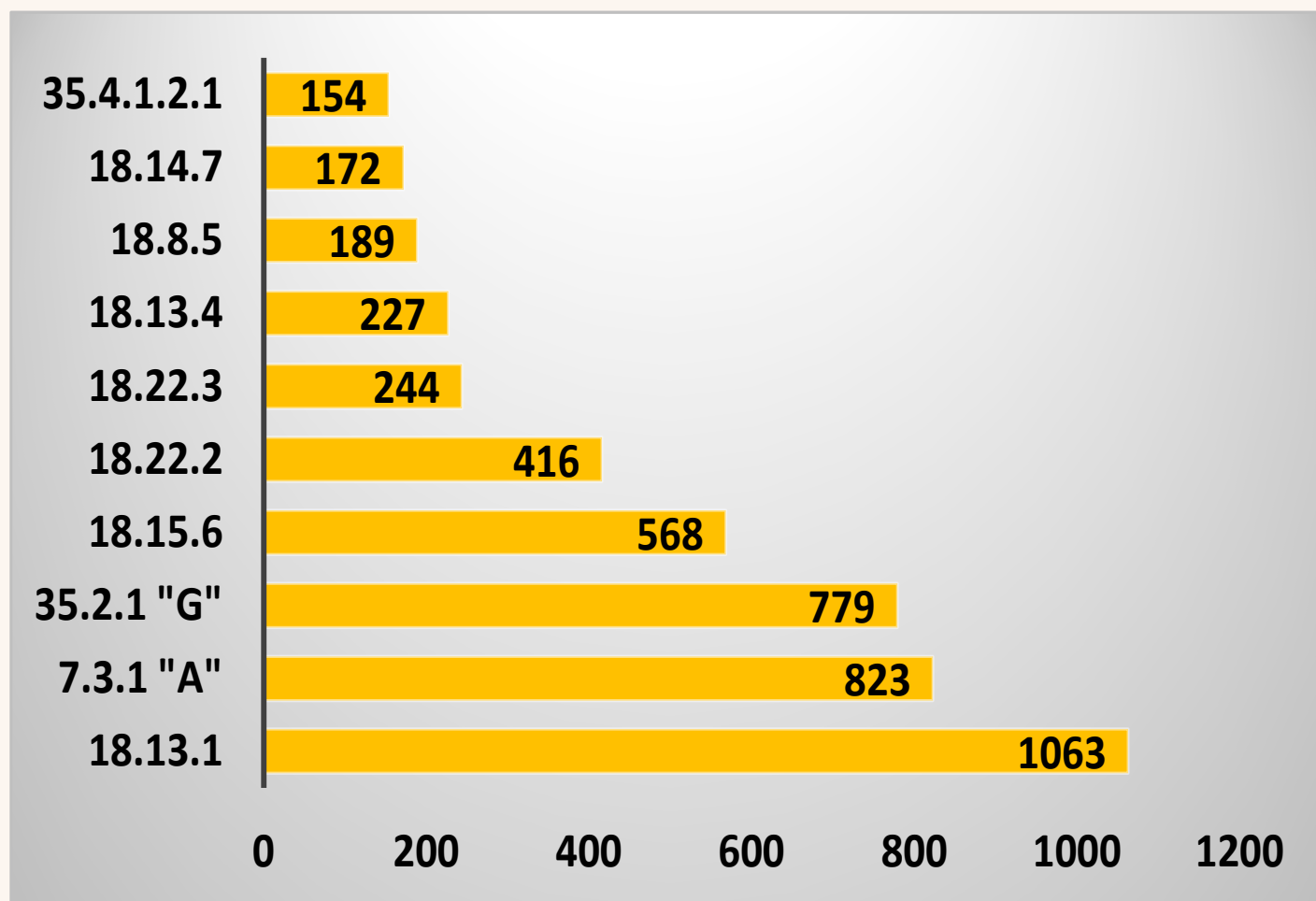
[PORTARIA SPPE Nº 20.927, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 18/09/2020 Seção I Pág. 19) - Dispõe sobre os procedimentos para habilitação de pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo sociedades empresárias(empresas), associações, entidades filantrópicas e entidades sindicais que exerçam atividades de intermediação de mão de obra, para atuar como parceiras do Sistema Nacional de Emprego - Sine, no âmbito do projeto Sine Aberto, de que trata a Resolução n. 826, de 26 de março de 2019 e suas alterações, e dá outras providências;

[EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020](#) (DOU de 18/09/2020 Seção III Pág. 01) - Convoca os Peritos Médicos Federais e os Supervisores Médico-Periciais para o retorno ao atendimento presencial.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais fiscalizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2020 (jan/jul):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Itens mais fiscalizados: É a soma de todas as rubricas utilizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho durante o exercício da fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) nos estabelecimentos empresariais. Esse quantitativo leva em consideração o número de “notificações/autuações”, “embargos”, “interdições” e “regularizado na ação fiscal”. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1. É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção de materiais.

7.3.1. Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

18.15.6. Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2. Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.22.3. As máquinas e os equipamentos que ofereçam risco de ruptura de suas partes móveis, projeção de peças ou de partículas de materiais devem ser providos de proteção adequada.

18.13.4. É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.14.7. Os equipamentos de guindar e transportar materiais e pessoas devem ser vistoriados diariamente, antes do início dos serviços, pelo operador, conforme orientação dada pelo responsável técnico do equipamento, atendidas as recomendações do manual do fabricante, devendo ser registrada a vistoria em livro de inspeção do equipamento.

35.4.1.2.1. A aptidão para trabalho em altura deve ser consignada no atestado de saúde ocupacional do trabalhador.

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula